



TERMO DE REFERÊNCIA
(SOLICITAÇÃO 0804/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada por preço unitário, para o fornecimento de materiais e instalação de estruturas padronizadas, compreendendo 03 (três) estufas agrícolas, com dimensões de 6,50 m x 25,00 m cada, totalizando 487,50 m², bem como o fornecimento e instalação de 01 (um) galpão de apoio, com dimensões de 12,00 m x 8,00 m, totalizando 96,00 m².

As estruturas deverão ser compostas por sistemas construtivos usuais, com utilização de materiais padronizados e disponíveis no mercado, sendo executadas por meio de procedimentos correntes de montagem, não envolvendo soluções técnicas de elevada complexidade.

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE MATERIAIS / SERVIÇOS A SER CONTRATADA			
Item	Descrição	Quantidade	Valor total
1	Fornecimento de materiais e instalação de estruturas padronizadas, compreendendo 03 (três) estufas agrícolas, com dimensões de 6,50 m x 25,00 m cada, totalizando 487,50 m ² , e 01 (um) galpão de apoio, com dimensões de 12,00 m x 8,00 m, totalizando 96,00 m ² , executados com sistemas construtivos usuais e materiais disponíveis no mercado.	01	148.705,51

TOTAL R\$ 148.705,51

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 7.393/2023.

O objeto é classificado como serviço comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento e instalação de estruturas padronizadas (estufas agrícolas e galpão de apoio), cujos métodos construtivos, materiais e técnicas executivas são usuais e amplamente disponíveis no mercado, não demandando soluções técnicas especializadas ou de elevada complexidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação tem por finalidade ampliar e modernizar a infraestrutura de produção vegetal do município, por meio da implantação de estufas agrícolas e de um galpão de apoio.

A intervenção permitirá o cultivo controlado de mudas, hortaliças, flores e espécies nativas, destinadas a programas ambientais, arborização urbana, incentivo à agricultura familiar e ações de educação ambiental.



A medida visa atender à crescente demanda por mudas de qualidade, bem como aumentar a capacidade de propagação vegetal, além de proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores envolvidos nas atividades.

O galpão de apoio será destinado ao armazenamento de insumos, ferramentas e equipamentos, bem como ao preparo e beneficiamento das mudas.

A contratação contribuirá para:

- ampliação da produção e distribuição de mudas;
- fortalecimento de programas ambientais e educacionais;
- melhoria das condições fitossanitárias das plantas;
- redução de custos com aquisição externa.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para garantir a continuidade e expansão das ações ambientais e produtivas do município, assegurando maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

A solução consiste na contratação de empresa especializada em instalação de estufas agrícolas e galpão de apoio, compreendendo a execução das estruturas, incluindo montagem, fixação e demais serviços necessários à plena funcionalidade.

Parte dos materiais será fornecida pela contratante, conforme definido no Memorial Descritivo, cabendo à contratada o fornecimento dos materiais complementares e a execução integral dos serviços.

A execução será realizada por meio de técnicas correntes de montagem, compatíveis com o objeto.

A opção pela contratação externa fundamenta-se na necessidade de estrutura operacional específica, disponibilidade de equipe técnica habilitada, equipamentos adequados e conhecimento técnico para montagem de estruturas agrícolas, características que não se encontram integralmente disponíveis na estrutura permanente do Município.

Do ponto de vista da vantajosidade, a solução adotada proporciona:

- Maior durabilidade das estruturas implantadas;
- Controle técnico e responsabilidade formal pela execução dos serviços;
- Melhoria das condições de produção vegetal, com ambiente adequado e controlado;
- Redução de custos com aquisição externa de mudas ao longo do tempo.

Assim, a contratação por meio de procedimento licitatório configura-se como a alternativa tecnicamente adequada e economicamente eficiente para garantir a implantação e adequada operação das estruturas destinadas à produção vegetal do Município ao longo de seu ciclo de vida.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais para a adequada execução dos serviços:

4.1 *Requisitos Administrativos e Fiscais*

- Emitir nota fiscal correspondente aos serviços executados, observando a legislação tributária vigente;
- Comprovar regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;
- Arcar com todas as despesas indiretas necessárias à execução dos serviços, incluindo transporte, frete, deslocamento de equipes, alimentação, combustíveis, manutenção de equipamentos e demais custos operacionais.

4.2 *Requisitos Técnicos e Operacionais*

- Executar os serviços em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Administração e com as especificações técnicas constantes no Memorial Descritivo;
- Empregar profissionais qualificados, mantendo responsável técnico habilitado e ART ativa quando exigido;
- Utilizar equipamentos e ferramentas adequados, em perfeitas condições de uso;
- Providenciar substituição imediata de equipamentos ou profissionais que não apresentem desempenho satisfatório ou que comprometam a qualidade e segurança dos serviços;
- Garantir que todos os trabalhadores estejam regularmente contratados na forma da legislação vigente;
- Apresentar, quando solicitado pela fiscalização, documentação comprobatória de vínculo empregatício, regularidade trabalhista e seguros obrigatórios.

4.3 *Segurança do Trabalho*

- Cumprir integralmente as normas de Segurança e Saúde no Trabalho aplicáveis;
- Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Assumir integral responsabilidade por acidentes ou danos decorrentes da execução dos serviços, sem ônus à Administração.

4.4 *Responsabilidade Técnica e Qualidade*

- Executar os serviços com observância das boas práticas de engenharia, garantindo estabilidade, segurança e durabilidade das intervenções;
- Responder por eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio público durante a execução;
- Adotar medidas para minimizar impactos às áreas adjacentes durante a intervenção.



4.5 Condições Gerais

- Atender às determinações da fiscalização municipal durante a execução contratual;
- Observar que as especificações constantes no Termo de Referência e anexos constituem requisitos mínimos obrigatórios para formulação da proposta.

4.6 Garantia

A contratada deverá garantir a qualidade e a solidez dos serviços executados, bem como dos materiais fornecidos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, nos termos do Código Civil.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela correção de quaisquer defeitos, falhas ou vícios construtivos decorrentes da execução dos serviços ou da qualidade dos materiais empregados, sem ônus para o Município.

As correções deverão ser realizadas no prazo máximo a ser definido pela fiscalização, contados a partir da notificação formal, podendo variar conforme a complexidade do serviço a ser executado.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

O prazo de execução é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

Os serviços deverão ser executados conforme as especificações deste Termo de Referência e do Memorial Descritivo, observando as orientações da fiscalização do Município.

Os serviços serão executados e medidos com base nas quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela fiscalização, observando-se os valores unitários contratados.

A contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente ao período de medição, acompanhada da respectiva planilha detalhada dos serviços executados, devidamente assinada pelo responsável técnico e conferida pela fiscalização do Município.

O pagamento será realizado conforme as medições aprovadas, considerando exclusivamente os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização.

Eventuais serviços não previstos originalmente, mas considerados tecnicamente indispensáveis pela fiscalização para a adequada execução do objeto, somente poderão ser executados mediante prévia autorização formal da Administração, com a devida formalização por termo aditivo, quando aplicável, observada a legislação vigente.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para



que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Município, que será responsável pelo controle, acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

A fiscalização terá competência para solicitar ajustes, correções e esclarecimentos à contratada, visando garantir a adequada execução dos serviços conforme este Termo de Referência e o Memorial Descritivo.

A contratada deverá atender prontamente às solicitações da fiscalização, bem como permitir o livre acesso aos locais de execução dos serviços.

Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato adotará as medidas necessárias para a regularização, podendo registrar ocorrências e encaminhar para aplicação das penalidades cabíveis.

O fornecimento do objeto deverá ocorrer em conformidade com o edital e com as determinações da fiscalização do Município.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

A medição dos serviços será realizada com base nos itens constantes na planilha orçamentária, conforme quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização do Município. O pagamento será efetuado de acordo com as medições realizadas.

O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo a contratada prestar esclarecimentos formais no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da execução e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contém os elementos necessários, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período de execução, valor a pagar e eventuais retenções tributárias, bem como outros documentos exigidos para fins de medição dos pagamentos.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus ao contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sendo considerada como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

O contratado optante pelo Simples Nacional deverá comprovar tal condição para fins de aplicação do tratamento tributário diferenciado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico.

Para fins de habilitação, deverão ser apresentados os seguintes requisitos:

Relativos à Habilitação Jurídica:

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a



cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
2. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
3. Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) expedida pela Receita Federal;
4. Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) expedida pela Fazenda Pública Estadual;
5. Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) expedida pela Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da licitante;
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011.

Comprovação técnica:

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

O profissional responsável pelos serviços deve apresentar CREA/ CAU.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da contratação é de R\$ 148.705,51.



10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

13.002.18.541.0073.1219.4.4.90.51.99.01.02.04

11. FISCAL DO CONTRATO

A secretaria de obras indica a servidora : Eng.Jeniffer Wugniel Pereira -matricula 15.802.

Campo Bom, 25 de maio de 2026.

Pedro Paulo Gomes

Secretário de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

Assinantes



Paulo Gomes

Assinou em 25/05/2026 às 14:15:54 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Paulo Gomes, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

XEZ-QL8-868-407